

CONTRIBUIÇÕES DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO PARA A INVESTIGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Solange Pereira da Silva¹
solangesilva@ufpa.br

RESUMO

O presente estudo apresenta possíveis contribuições teórico-metodológicas do materialismo histórico-dialético para investigação da pesquisa da política de formação de professores. Para tanto, utilizou-se das raras obras em que Marx (2008; 2013) e Marx e Engels (2007) explicitaram o caminho investigativo para se estabelecer a relação com o objeto investigado, bem como de autores brasileiros, tais como Saviani (2005), Frigotto (2010), Ciavatta (2016) e Masson (2014). O objetivo do estudo é suscitar o debate acerca do uso do materialismo histórico-dialético no campo da pesquisa educacional, em um momento crítico em que a educação como direito vem sendo questionada, e o processo de formação de professores tem sido reduzido aos ditames das políticas econômicas. Conclui-se que perquirir o processo de investigação sobre a política de formação de professores a partir de uma visão histórica e crítica é não se limitar ao processo de aplicação de conceito ou categorias que buscam por um consenso ou conciliação das proposições políticas neoliberais.

Palavras-chave: formação de professores; pesquisa educacional; materialismo histórico-dialético.

1 INTRODUÇÃO

É fato que durante todo o movimento do pensamento de Marx em suas obras, assim como no pensamento de Engels, não há registro de um manual de pesquisa metodológico no qual deverá ser reproduzida durante o processo de investigação. Questão esta que não impede ao pesquisador estabelecer um diálogo com as múltiplas determinações existentes entre a História, a Economia e a Política, fornecida em suas obras para esse debate, porque o materialismo histórico-dialético, para além de um método de investigação, é também uma postura, o tríplice movimento de crítica e construção e reconstrução de um novo conhecimento.

O objeto de investigação de Marx, explica Masson (2014, p. 208), “[...] diz respeito à análise das relações sociais de produção que caracteriza a estrutura material da sociedade capitalista [...]”. Com esse propósito, Marx ultrapassou o conhecimento já produzido por outras concepções para explicação das relações sociais de produção e sua relação com o processo de organização da vida em sociedade.

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Pesquisa: Alfabetização e Pedagogia Histórico-Crítica. Docente Assistente I da UFPA – Faculdade de Educação e Ciências Humanas, Curso de Pedagogia. Campus Universitário do Marajó/Breves.

Portanto, para nortear a discussão sobre as contribuições em relação ao materialismo histórico-dialético como proposta de investigação das políticas de formação de professores, tomamos como referência as obras de Marx, *O capital* (2013), *Grundrisse* (2007), *Contribuição à crítica da economia política* (2008), *Ideologia alemã* (2007), bem como de autores, tais como Saviani (2005), Frigotto (2010) e Ciavatta (2016), na perspectiva de contribuir com os fundamentos teóricos metodológicos para pesquisa na área da educação, no contexto das políticas de formação de professores.

De acordo com Frigotto (2010), ao longo da história do conhecimento, duas amplas linhas de construção do conhecimento filosófico – “metafísica” e “dialética materialista” – orientam as diferentes concepções de desenvolvimento acerca do mundo, constituídas em campos teóricos metodológicos que se contestam nas suas formas de captação e apreensão da realidade.

Na primeira concepção, segundo Frigotto (2010, p. 81), estão reunidas as “abordagens empiristas, positivas, idealistas, ecléticas e estruturalistas”; e no seu conjunto estabelece o modo de apreender a realidade, que se “[...] fixam no fenômeno, no mundo da aparência, na representação na falsa consciência, na sistematização doutrinária das representações (ideologia)”. A segunda, perspectiva – “materialista histórica” – “[...] se contrapõe à matematização do pensamento e à positivação que empobrece muito a análise da realidade” (MASCARENHAS, 2014, p. 178); se prende na essência, no mundo real, no qual o pensamento não é autônomo, e as elaborações humanas são resultados da produção social.

Em síntese, Frigotto (2010, p. 83) explica que “[...] em termos de categorias básicas a primeira concepção se funda na linearidade, harmonia, fator, a-historicidade e a segunda, sob as categorias totalidade, trabalho, contradição, mediação, ideologia, práxis, etc.”. Desse modo, o materialismo histórico-dialético não pode ser identificado como um simples método de pesquisa, que descreve determinada realidade, mas, sim, como uma postura de investigação, uma práxis, que parte de um ponto concreto, de uma realidade empírica e sinaliza outros processos factivos articulados ao conhecimento da natureza do objeto em que se pesquisa.

Em uma perspectiva marxista, trata-se de localizar na singularidade empírica quais articulações existentes com o universal que reproduz o movimento que está posto. Como explica Kosik (1976, p. 35), “[...] a realidade é interpretada não mediante a redução a algo diverso de si mesma, mas, explicando-a como base na própria realidade, mediante o desenvolvimento da ilustração das suas fases, dos momentos do seu movimento”.

O entendimento é que o ponto de partida seja os dados empíricos da realidade, como assinala Evangelista (2004, p. 22), “[...] a realidade existe fora do sujeito; para existir para o

sujeito é preciso que ele a olhe. E esse olhar será necessariamente mediado por sua forma particular de percebê-la”. Nesse sentido, o ponto de chegada será não mais as primeiras representações da realidade, mas o concreto pensado, apropriado pelo esforço de o pesquisador conceber a realidade histórica que não está isolada dos fenômenos condicionados pela realidade objetiva.

Dessa forma, o artigo está organizado nesta Introdução, seção “Materialismo histórico-dialético como referencial teórico de pesquisa” e as Considerações Finais. A seção apresenta uma breve contribuição do materialismo histórico dialético e a perspectiva da totalidade, para apreensão dos ricos apontamentos metodológicos deixados por Marx, que podem contribuir para analisar a política de formação e professores em suas múltiplas determinações; por fim, expõe as Considerações Finais, sinalizando algumas perspectivas de possibilidades de realização de investigação acerca da política de formação de professores através de uma visão histórica e crítica, para não se limitar ao processo de aplicação de conceito ou categorias que buscam por um consenso ou conciliação das proposições políticas neoliberais.

2 MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO COMO REFERENCIAL TEÓRICO DE PESQUISA

Desde os primórdios até a Modernidade (século XIX), a educação e o trabalho fazem parte do processo de organização da sociedade, e o grande desafio do pesquisador é compreender como esse complexo sistema educacional está contraditoriamente ligado ao mundo do trabalho, ao desenvolvimento econômico e às construções políticas e jurídicas para existir. Marx (2011, p. 57) nos ensina que “[...] nenhuma produção é possível sem trabalho passado, acumulado, mesmo sendo este trabalho apenas a destreza acumulada e concentrada na mão do selvagem pelo exercício repetido”. Portanto, nada existe na História que não seja de responsabilidade do trabalho humano e da educação dos sujeitos enquanto produtores das diferentes formas de viver e organizar a vida produtiva.

Desse modo, o trabalho como atividade humana é uma categoria central na totalidade histórica e concreta da vida na Terra. Do ponto de vista de Marx (2013, p. 255):

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua ação direta, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de forma útil para sua vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeças e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

O trabalho humano pressupõe o desenvolvimento da consciência individual e coletiva, produzindo formas de modificar a natureza e garantir a existência; assim, “[...] a emancipação humana não significa, portanto, livrar-se do trabalho, mas consiste exatamente na plena liberdade de e para poder trabalhar e fruir humanamente dos produtos de seu trabalho”. (ANTUNES, 2018, p. 61). Entretanto, a capacidade de o homem pensar de forma antecipada sobre suas ações levaram-no a ultrapassar a necessidade de acumulação para além das necessidades elementares, e desenvolveu-se de forma contraditória o processo de acumulação de riquezas desiguais entre os seres humanos.

Essa forma de objetivação dos elementos produzidos pelas relações de trabalho propiciou o aparecimento da propriedade privada e provocou a divisão social do trabalho, ou seja, motivou a divisão de classes sociais, repercutindo em cada indivíduo as diferenciações determinadas pelas condições sociais existentes, como esclarece Konder (2009, p. 65): “[...] a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual cava um abismo entre a teoria e prática, provocando o exílio da teoria para fora da prática e instaurando formas de atividade das quais a teoria tinha [...] de estar banida.”

Nesse sentido, o trabalho enquanto constitutivo ontológico do ser humano passou a ser visto de duas formas independentes dentro de uma mesma realidade, tornando estranho para os sujeitos que o exerce, cada um dentro do seu grupo distinto, conforme a deliberação de sua classe. São duas frentes de apreciação acerca do trabalho apresentadas por Marx em suas análises, nas quais a primeira frente “[...] o trabalho como sendo a atividade que representa a condição fundamental da existência humana, responsável pela própria constituição, formação da sociedade humana”. (SOUSA JÚNIOR, 2010, p. 60). Nesse caso, o trabalho também tem princípio educativo e formativo.

Em outra perspectiva, o trabalho adquire conotação danosa, porque, de atividade autorrealizadora da sociabilização humana, transforma-se dentro da sociedade capitalista “[...] como trabalho abstrato, trabalho alienado, trabalho assalariado, ele passa a ser central para sua sustentação de uma forma particular de sociedade, da ordem do capital [...]”. (SOUSA JÚNIOR, 2010, p. 60).

A relação sobre como a divisão do trabalho entra em contradição com a educação dentro da sociedade capitalista, assim explica Saviani (2005, p. 248):

Vê-se que a divisão da sociedade em classes introduziu, também, uma divisão na educação. Se antes a educação era comum, sendo definida pelo processo de trabalho, com o surgimento das classes a educação se divide entre aquelas destinadas aos proprietários. Os primeiros continuam a se educar no próprio processo de trabalho, fora da escola. Os segundos terão uma educação diferenciada, desenvolvida nas

escolas, fora do trabalho, embora igualmente determinada pelo trabalho, já que é este que garantia a sua existência, permitindo o desfrute do ócio, de tempo livre.

Desde a formação do Estado Moderno (século XV), até os dias atuais, a burguesia construiu um movimento em torno da educação escolar que ganhou caráter de universalização, e tornou-se uma das formas de exercer a dominação. Nesse sentido, o trabalho social perdeu sua significação humana, e transformou-se em um conjunto de hierarquias que determinam as relações sociais de acordo com as relações de produção em que o sujeito faz parte.

Por outro lado, no âmbito escolar, também se estabeleceram processos hierárquicos, nos quais se identificam através dos diferentes cargos em que ocupa – administração, supervisão e execução –, que, em sua maioria, disseminam o processo do conhecimento em consonância com as orientações do mercado.

Essa contradição absorvida pelo pensamento ideológico da classe dominante é que precisa ser questionada dentro da educação na sociedade de classes antagônicas. “Compreensivelmente é no âmbito do marxismo, enquanto concepção que se impôs a tarefa de desvelar as condições de desenvolvimento da sociedade capitalista [...] que a exposição e a crítica das relações entre educação e sociedade de classe são feitas de forma nítida”. (SAVIANI, 2005, p. 248-249). É comum a incompatibilidade manifestada ao longo da História da oposição das classes sociais umas às outras, reproduzida não apenas nas relações de trabalho, mas, também, dentro da educação.

Seguindo a explicação de Kuenzer (1997, p. 30), a educação, para o trabalhador, foi organizada a partir da origem de classe, concebida dentro da escola e já incorporada ao discurso do trabalhador, da sua suposta incapacidade de aprender: “assim, a um grupo reduzido de pessoas cabe o exercício das funções intelectuais [...] já a maioria da população compete o exercício das tarefas de execução, para o que não se exige muita instrução e tarefas.”

As questões analisadas por Kuenzer (1997) levaram décadas para que os homens apreendessem, em certo grau, que o resultado do controle da sua força de trabalho pelos donos dos modos de produção era o único processo que interessava a classe dominante, e que a educação só se tornou um direito público devido à necessidade de a burguesia tentar manter o controle e a dominação ideológica, assim como garantir a mão de obra mais ou menos especializada para atendimento da produção industrializada.

Este movimento em torno da educação foi conduzido por pensadores pertencentes à classe burguesa, que desfrutaram de circunstâncias favoráveis para desenvolver teorias que justificavam a educação para lógica do mercado, “[...] vindo assumir em face deste uma atitude

contemplativa, que teve profundas repercussões na própria estrutura de elaboração de todas as explicações do mundo” (KONDER, 2009, p. 120), concebida por estes pensadores.

A questão exposta por Konder (2009) nos ajuda a entender por que as classes dominantes não experimentaram apenas a necessidade de manutenção da ordem social na qual foram favorecidos após a divisão social do trabalho, mas sentiram a necessidade de aprofundar e controlar o conhecimento para garantir o rompimento com a divindade, avançar nas ciências, e, conseqüentemente, avançar na produção. Essa questão foi assim expressa por Marx e Engels (2007, p. 47):

Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem na sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época.

Marx e Engels (2007), ao analisarem o controle das ideias e pensamento pela burguesia, rompiam definitivamente com a forma metafísica de conhecimento de mundo e de sociedade, demonstrando profundo conhecimento acerca das produções teóricas e ideológicas já produzidas, o que lhes permitiram julgar a franqueza dos autores que as lançaram, seja porque tinham um conhecimento de mundo limitado – e, de fato, acreditavam no bem maior da sociedade, ou porque representavam os interesses das classes dominantes.

Tais questões consistem na perspectiva de pensar a natureza dialética do caráter histórico que está produzido determinado fenômeno social, no sentido de entender quais mediações proporcionaram a materialidade do objeto investigado, ou seja, qual o projeto ideológico e seus respectivos desdobramentos para educação e formação humana no contexto da sociedade capitalista? O estudo de Ciavatta (2016, p. 227) nos ajuda a esclarecer que:

A questão das mediações traz à discussão duas categorias importantes da sociabilidade humana, a liberdade e a necessidade, assim como os fins e os meios da reprodução do ser social. O trabalho tem um papel fundamental nesse processo, como relação criadora do homem com a natureza, como atividade de autodesenvolvimento físico, material e espiritual, como manifestação de vida e como realização do reino da liberdade. Mas o trabalho apresenta-se, também, nas suas formas históricas de sujeição, [...] trabalho moderno assalariado, flexibilizado, desregulamentado, formas específicas da produção do capitalismo.

Desse modo, a produção do conhecimento em uma perspectiva marxista implica analisar um objeto de pesquisa a partir das relações contraditórias dentro da sociedade capitalista, que, a princípio, aparece como uma ação direta dos humanos produzidos para realização das

necessidades humanas. Trata-se de localizar na singularidade empírica quais as articulações com o universal reproduz o movimento que está posto. Como explica Kosik (1976, p. 35), “[...] a realidade é interpretada não mediante a redução a algo diverso de si mesma, mas, explicando-a como base na própria realidade, mediante o desenvolvimento da ilustração das suas fases, dos momentos do seu movimento”.

Na carta escrita por Engels a Joseph Bloch em Londres, 21-22 setembro de 1890, o autor explica o movimento da realidade histórica da seguinte forma:

A concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. [...] As condições econômicas são a infraestrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma. (ENGELS, 1978, [s.p.], grifo do original).

Em outras palavras, a História é feita por homens e mulheres, sobre condições já definidas, e uma destas, são as econômicas, que por consequência, impõem as regras, as normas, as leis que resultam no controle da sociedade pelo Estado. Desse modo, pesquisar sobre as políticas de formação do professor em uma perspectiva do materialismo histórico-dialético implica conhecer o objeto a partir de suas contradições e proposição histórica, que nunca está isolada da potência produtiva do trabalho e das relações sociais, contendo por referência sempre uma produção anterior, e não somente a realidade empírica.

Esse processo dialético de pesquisa não é linear, e os fenômenos são regulados pela realidade objetiva, não está dado, resultando sempre de questionamentos de como se produz uma determinada realidade? Quais são os fenômenos que produzem esse resultado e não se apresentam de forma concreta? Que se estabelecem o caráter dos fatos, da relação sujeito e objeto, tempo histórico, etc.

As respostas para esses questionamentos não estão condicionadas apenas às formas apresentadas como verdade. Nas poucas passagens em que Marx tratou do seu método de pesquisa, encontra-se no Posfácio da segunda edição alemã do volume I de O Capital, no qual um professor da Universidade de São Petersburgo interpreta como Marx fundamentou o estudo de toda sua vida:

Para Marx, apenas uma coisa é importante: descobrir a lei dos fenômenos com cuja investigação ocupa. E importa-lhe não só a lei que os rege, uma vez que tenham adquirido uma forma acabada e se encontrarem numa inter-relação que se pode

observar num período determinado. Para ele, importa, sobretudo, a lei de sua modificação de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma a outra. Tão logo tenha descoberto essa lei, ele investiga em detalhes os efeitos por meio dos quais ela se manifesta na vida social. [...]. (MARX, 2013, p. 89).

Após essa interpretação tão bem elaborada, Marx (2013, p. 90) observa: “[...] que outra coisa o autor fez, senão descrever o método dialético”? Nessa passagem está explícita o a forma de investigação conduzida de forma dialética, de análise, de construção de conhecimento e de estabelecimento de uma nova síntese. Era uma reação de Marx aos métodos de pesquisas pautadas nas explicações metafísicas ou exclusivamente empiristas, que reduzia os movimentos sociais a explicações simplistas da realidade.

Dessa forma, é fundamental segundo Marx (2013) o entendimento do método a forma de investigação e de exposição, e ele assim expôs:

A investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria agora é refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori. Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. (MARX, 2013, p. 90).

O trajeto do método de investigação decorre de uma minuciosa investigação acerca das literaturas já produzidas, de documentos, tais como as legislações, as diretrizes das políticas, os fundamentos teóricos nos documentos dos organismos internacionais, as descrições empíricas resultantes da coleta de dados, objetivando apreender as contradições, os consensos e o processo ideológico, para “[...] identificar as diferentes perspectivas de análises, as conclusões a que se chegou pelo conhecimento anterior e a indicação das premissas do avanço no novo conhecimento”. (FRIGOTTO, 2010, p. 97).

Marx, ao tratar das relações de produção da sociedade burguesa em sua pesquisa, estava empenhado em buscar a genealogia do problema, no Prefácio da Contribuição à crítica da economia política, expressou:

Minhas investigações me conduziram aos seguintes resultados: as relações jurídicas, bem como as formas de Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel [...] compreendia sob o nome de “sociedade civil”. Cheguei também à conclusão de que anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política. (MARX, 2008, p. 47).

Nessa passagem, Marx assinala o ponto de partida do conhecimento, no qual a aparência das relações sociais – jurídicas ou do Estado – produzidas na prática de modo geral não revelam os problemas gerados por estas relações. Marx ultrapassou o movimento do pensamento, rompendo com a ideia de que os problemas sociais se limitam ao imediatismo comum, que pode ser explicado pela realidade cotidiana sem fazer o exercício de relacionar o particular com o universal.

Em síntese, a complexa política de formação de professores não está fora do movimento político-jurídico determinado historicamente. A análise da política atual de formação de professores em seu movimento universal, particular e singular, tem relação direta com as determinações do Estado brasileiro a partir dos anos de 1990, no qual, conduzido por organismos internacionais, concebeu a Reforma do Estado para desburocratizar a máquina pública e instituir uma nova gestão gerencialista.

Essa nova gestão pública conduziu a reforma da política de formação de professores, pautadas na lógica da redução de custo, garantia da eficiência e eficácia no processo de formação, na reorganização do processo de organização da gestão escolar, no qual atrelou à qualidade do ensino as quantificações pautadas nas avaliações externas, seguindo a lógica internacional. Para Mascarenhas (2014, p. 197):

A educação em seu movimento – universal, particular, singular – traz diferentes práticas, normas, lei entre outros complexos que legitima sua função específica. As políticas educacionais expressam as marcas de uma determinada política e lógica de produção, de um Estado de direito da sociedade dividida em classe e representante de uma classe hegemônica [...].

Dessa forma, o trabalho do pesquisador é ultrapassar o movimento desse pensamento, rompendo com a ideia de que os problemas da formação de professores se limitam ao imediatismo comum, que pode ser explicado a partir da realidade cotidiana sem fazer o exercício de relacionar o particular com o universal.

A construção teórica metodológicas da abordagem marxista não parte de uma invenção histórica, mas, sim, das condições dadas já existentes, analisando criticamente a teoria política já constituída e fornecendo elementos que permitam aos sujeitos outra perspectiva crítica de pensar a formação de professores. Consiste em expressar que “[...] as ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, [...] são as ideias dominantes” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47); e, portanto, cabe ao pesquisador assumir uma postura de desnudar a forma aparente na qual as políticas de formação são apresentadas,

apontando suas contradições, suas conjunções ideológicas e as interferências na realidade social.

Quando Marx analisou a sociedade burguesa tinha por objetivo partilhar com a classe trabalhadora a abrangência das leis econômicas, fornecendo conhecimentos para a organização da luta contra o processo de expropriação. Explica Antunes (2018, p. 106) que “[...] tratava-se de um esforço analítico de apreensão de como a universalidade dessa forma particular de realização do trabalho atinge os homens e mulheres singulares em seus lares, famílias, vidas cotidianas”.

O entendimento dessa dinâmica se constitui através de um rigoroso processo de estudo e análise do objeto. Para Netto (2011 p. 22-23):

O objeto da pesquisa tem, insista-se, uma existência objetiva, que independe da consciência do pesquisador. Isto significa que a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física; antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto. Por isso mesmo, a pesquisa – e a teoria que dela resulta – da sociedade exclui qualquer pretensão de “neutralidade” [...].

Do ponto de vista histórico, nos limites do capital, as reformas políticas que conduziram a formação de professor e a reforma educacional são paliativas, que para Mészáros (2008, p. 25), “[...] as mudanças sob tais limitações, apriorísticas e prejudicada, são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida [...]”.

Desse modo, a realidade não é o resultado de um pensamento que se move por mesmo, mas, sim, resultado da história dos modos de produção e desenvolvimento das forças produtivas; destarte, “[...] os desafios para o pesquisador está em captar os elementos mais concretos, as objetivações reais que explicam a totalidade, não como uma noção genérica, mas como um conteúdo de natureza histórico-social”. (CIAVATA, 2016, p. 231).

Quando Marx pressupõe o reconhecimento da realidade social histórica, na qual homens e mulheres se diferenciam dos outros animais, não significa dizer que estes são dotados de consciência ou são naturalmente sociais e políticos, mas porque, diferentemente dos animais, produzem, através do seu trabalho, a vida material e a vida intelectual carregada de intencionalidade. Desse modo, faz-se necessário sublinhar que na concepção do materialismo histórico-dialético, de acordo com os estudos de Netto (2011, p. 25), “[...] o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada do objeto,

mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica [...]”. Nesse prisma, considera-se fundamental a orientação de Frigotto (2016, p. 74):

Não é possível pesquisar tudo ao mesmo tempo e nem todos os campos do conhecimento. Mas delimitar não é fragmentar e atomizar. A vigilância crítica ao delimitar um objeto e as mediações que o constituem numa totalidade concreta são os elementos básicos que caracterizam o caráter dialético e, portanto, nos conduz ao método. Vale dizer, o método que nos conduz a apreender o movimento da realidade, ou das determinações que o constituem, e não simplesmente nossas representações, ou pseudorrepresentações, sobre aquele.

A priori, todo processo objetivo de pesquisa busca desvelar o fenômeno, e se dá na busca de novos conhecimentos, portanto, Saviani (2000, p. 17) adverte “[...] a exposição sumária [...] não se trata de categorias autossuficiente que se justapõem numa somatória suscetível de caracterizar, pelo efeito mágico de sua junção, a reflexão filosófica”, isto é, são proposições que possibilitam a mediação com a problemática dentro de uma totalidade mais ampla para proceder às análises de forma crítica. Implica pensar por contradição, ou seja, não basta descrever a realidade, é preciso fundamentar teoricamente, evitar reflexão linear das questões apresentadas, relacionar o singular com o universal em uma visão global para não cometer generalizações que supostamente não terão sustentação no processo em que foi afirmado, seja porque ficou isolado na singularidade, ou porque fez o movimento do universal, sem considerar a particularidade, articulando as categorias centrais da perspectiva teórica.

Assim, o “[...] conhecimento produzido vai depender da pertinência da análise de uma totalidade histórica. [...] o conhecimento não será nunca um conhecimento acabado, mas limitado, provisório, aberto às novas apreensões e a novos reconhecimentos”. (CIAVATTA, 2016, p. 231).

3 CONCLUSÕES

Concluimos que a contribuição teórico-metodológica deixada por Marx e Engels realizada de forma dialética nos permite perquirir o processo de investigação acerca da política de formação de professores a partir de uma visão histórica do conhecimento, não se limitando ao processo de aplicação de conceito ou categorias que buscam por um consenso ou conciliação das proposições políticas neoliberais, e que negam o processo de precarização do trabalho docente e sua desprofissionalização. Desse modo, defendemos a abordagem teórica metodológica de Marx para a pesquisa em educação, por não ser um resultado de regras e

normas, aprimoradas em teorias que negam a luta de classe e a exaltação da produção capitalista.

Como a educação e as políticas de formação de professores estão fundadas na sociedade capitalista, e sua lógica se apresenta de forma contraditória, podendo libertar ou moldar o sujeito, o papel do pesquisador através do conhecimento já existente é construir processos de pesquisas que permitam avançar para além da problemática dada, promovida pelo movimento do pensamento no processo de conhecer a essência do fenômeno, desafiando constantemente a lógica em que está determinada, de modo que seja possível demonstrar as contradições históricas e atingir interseções emancipadoras na realidade social.

CONTRIBUTIONS OF DIALECTICAL HISTORICAL MATERIALISM FOR THE INVESTIGATION OF TEACHER TRAINING POLICIES

ABSTRACT

The present study presents possible theoretical-methodological contributions of historical-dialectical materialism to research on teacher education policy. For that, we used the rare works in which Marx (2008; 2013) and Marx and Engels (2007) explained the investigative path to establish the relationship with the investigated object, as well as Brazilian authors, such as Saviani (2005), Frigotto (2010), Ciavatta (2016) and Masson (2014). The aim of the study is to raise the debate about the use of historical-dialectical materialism in the field of educational research, at a critical time when education as a right has been questioned, and the process of teacher training has been reduced to the dictates of policies economic. It is concluded that investigating the research process on teacher education policy from a historical and critical view is not limited to the process of applying concepts or categories that seek a consensus or conciliation of neoliberal political propositions.

Keywords: teacher training; educational research; dialectical historical materialism.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Caio. **A escola do trabalho: formação humana em Marx**. Campinas, SP: Ed. Papel Social, 2018.

CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Lamparina; CNPq; faperj, 2009.

_____. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.) **Teoria e educação no labirinto do capital**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016. p. 207-245.

ENGELS, Friedrich (1890). Letters on Historical Materialism. To Joseph Bloch. [Carta para Joseph Bloch; Friedrich Engels, 21-22 de setembro de 1890]. In: TUCKER, Robert C. (Ed.) **The Marx-Engels reader**. 2. ednd. New York/London: W. W. Norton & Company, 1978. p. 760-765. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>. Acesso em: 05 mar. 2020.

EVANGELISTA, Olinda. Algumas indicações para o trabalho com documentos. In: SHIROMA, Eneida Oto. **Dossiê: Uma metodologia para análise conceitual de documentos sobre política educacional**. Florianópolis, março de 2004. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/359551509/Analise-Documental-Dossie-SHIROMAeneida-2>. Acesso em: 08 mar. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 75-99.

_____. As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria (Orgs.) **Teoria e educação no labirinto do capital**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016. p. 45-85.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Revisão de Célia Neves. 9^o impressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação: contribuições para um estudo marxista de alienação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino de 2^o grau: o trabalho como princípio educativo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MASCARENHAS, Angela Cristina Belém. A contribuição do materialismo histórico-dialético para a análise das políticas educacionais. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da (Orgs.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas, SP: Autores Associados. 2014. p. 177-184.

MASSON, Gisele. A importância dos fundamentos ontológicos nas pesquisas sobre políticas educacionais. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da (Orgs.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. (Col. Políticas Públicas de Estado). p. 201-225.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858**. Esboço da crítica da Economia Política. Tradução de Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital**: Livro 1. O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 13 ed. Campinas, SP: Autores associados, 2000.

_____. Educação socialista: pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classe. In: LOMBARDI, Claudinei José; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 223-274.

SOUSA JÚNIOR, Justino de. **Marx e a crítica da educação**: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

Recebido em 03 de outubro de 2019. Aprovado em 18 de maio de 2020.

A **Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado do Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011.